

Governo luta para impedir Constituinte exclusiva

BRASÍLIA — O Governo passou praticamente todo o dia de ontem combatendo as articulações para impedir a transformação da Constituinte congressual em exclusiva, proposta que foi aprovada na última sexta-feira pela bancada do PMDB. As gestões se concentraram para eleger as Mesas da Câmara, que Deputados tentam adiar, e do Senado, para que as duas Casas possam funcionar paralelamente à elaboração da futura Constituição.

Desde cedo, os Ministros Marco Maciel, do Gabinete Civil, Raphael de Almeida Magalhães, da Previdência, e Paulo Brossard, da Justiça, circulavam nos gabinetes para atropelar o movimento que se originou na bancada do PMDB gaúcho, alcançou os pernambucanos e recebeu adesão do Líder do Partido, Pimenta da Veiga.

O Ministro Raphael promoveu um encontro com a bancada do PMDB fluminense, falou na pacificação depois da divergência com o Governador Moreira Franco, prometeu facilidades aos parlamentares e mostrou inconveniências da adoção da Constituinte exclusiva. Por volta de 18 horas, Raphael estava otimista com as articulações, a ponto de afirmar que o movimento havia sido desarticulado e que hoje a Mesa da Câmara elegerá o seu Presidente.

A bancada paulista, que se reuniu com o Governador Franco Montoro, propôs um adiamento da eleição da Mesa por 24 horas, mas os "exclusivistas" reconheceram que há um impasse e em um dia seria impossível resolver o assunto. Um adiamento mais longo, de até oito dias, também foi proposto por outras bancadas, e o próprio Pimenta da Veiga concordou com a sugestão.

No início da noite, o Ministro Marco Maciel previu que a tese da Constituinte exclusiva seria atropelada, ressaltando que havia claros sinais de que essa articulação não será concluída, dada a posição contrária dos Senadores, que ontem mesmo elegeram a Mesa da Casa.

Maciel ressaltou que sua posição é pelo funcionamento da Câmara e do Senado para votação de matérias ordinárias, a exemplo do que pensa o Presidente José Sarney.

O Congresso é insubstituível. É um Poder fiscal que não pode deixar de funcionar. Sem prejuízo para os trabalhos da Constituinte, a Câmara e o Senado devem funcionar, embora com suas atividades reduzidas, para apreciar aquelas matérias emergenciais. Com a Constituinte exclusiva, essas questões emergenciais iriam desembocar na Assembléia, o que não é bom nem aconselhável — afirmou Maciel.

Pela análise de vários parlamentares, a eleição da Mesa do Senado não atrapalhou o plano dos exclusivistas. E afirmam que aumenta o problema do lado do Governo, que teria de conviver com um poder mais forte e legítimo, e também não agradaria a Sarney ter como eventual substituto imediato o Senador Humberto Lucena, eleito para a Presidência do Senado.

Entre os Senadores, a tese da Assembléia Nacional Constituinte exclusiva não encontra adeptos. O Senador José Agripino Maia (PFL-RN) acha, por exemplo, que o funcionamento da Câmara e do Senado é fundamental para o debate das grandes questões econômicas, ressaltando também que, no momento, não é conveniente a Constituinte se instalar com confronto entre Deputados e Senadores.

Vamos esgotar todos os argumentos para que o Senado não deixe de funcionar, inclusive levando o assunto para o Judiciário, se for necessário — disse o Senador.

Um grande número de parlamentares contrário à forma exclusiva argumenta que a Constituinte deve



Em fila, Sarney, Moreira Alves, Lucena e Ulysses deixam o plenário

na, eleito para a Presidência do Senado. O Presidente Sarney torceu pela eleição do Senador Néilson Carneiro.

Entre os Senadores, a tese da Assembléia Nacional Constituinte exclusiva não encontra adeptos. O Senador José Agripino Maia (PFL-RN) acha, por exemplo, que o funcionamento da Câmara e do Senado é fundamental para o debate das grandes questões econômicas, ressaltando também que, no momento, não é conveniente a Constituinte se instalar com confronto entre Deputados e Senadores.

Vamos esgotar todos os argumentos para que o Senado não deixe de funcionar, inclusive levando o assunto para o Judiciário, se for necessário — disse o Senador.

Um grande número de parlamentares contrário à forma exclusiva argumenta que a Constituinte deve

o da bancada foi tomada emocionalmente. O mesmo foi dito pelo Deputado Prisco Viana (PMDB-BA).

O Consultor-Geral da República, Saulo Ramos, afirmou, com ironia, que "foi o primeiro dia de aula dos Deputados do PMDB que passaram no vestibular e agora querem agir". Ressaltou que a intenção do Governo é a de que todas as medidas importantes sejam discutidas na esfera do Legislativo.

Tanto o Governador Franco Montoro quanto o Ministro Marco Maciel apostavam no bom senso dos parlamentares. O Senador Roberto Campos (PDS-MT) disse também ser contra porque se criaria uma "ditadura constitucional em favor do Executivo".

O Congresso Ordinário deve discutir matérias com urgência, urgência urgentíssima. As medidas econômicas que o Governo propuser podem tramitar com urgência, que é o previsto na Constituição. É muito melhor do que o regime do Decreto-Lei, porque permite emendas e retificações — afirmou Roberto Campos.

A Deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) disse que a Constituinte exclusiva acabará por fugir da discussão da crise econômica, do Pacto Social. Segundo o Senador Mário Covas (PMDB-SP), a Constituinte não tem atribuição de alterar a legislação ordinária em vigor a fim de solucionar problemas circunstanciais ou conjunturais.

É necessário ter o discernimento para separar o circunstancial e o permanente — afirmou, por sua vez, Marco Maciel, praticamente repetindo as palavras de Covas.

Estão também contra a Constituinte exclusiva os Deputados que tiveram atuação na área econômica, como Francisco Dornelles (PFL-RJ), Delfim Neto (PDS-SP) e José Serra (PMDB-SP).

Já o empresário Aff Domingues (PL-SP) acha que os parlamentares devem votar um ato constitucional criando um regimento especial para funcionamento da Câmara e Senado para debater temas emergenciais.

O Ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia, abordou outra face da discussão: para se ter a exclusiva, os constituintes terão de elaborar uma outra emenda. O Chanceler Abreu Sodré ressaltou que o País não poderá ficar paralisado em função da Constituinte exclusiva, que dará, no seu entender, poderes ao Presidente Sarney de baixar Decretos-Lei para adotar medidas.

A proposta dos exclusivistas para o Governo legislar na ausência da Câmara é, no entanto, que o Presidente envie "atos constitucionais" ou "medidas constitucionais" que seriam apreciadas pela Constituinte e aprovados em caráter provisório.

O Ministro Marco Maciel frisou que a exclusiva faz parte da "efervescência" de idéias dos parlamentares. E concluiu: — Isso não me surpreende e a mesma proposta foi tentada, sem sucesso, na emenda do Deputado Flávio Bierrenbach, na legislatura passada. O bom senso, entretanto, fez com que a proposta não prevalecesse.

O Governador eleito do Maranhão, Epitácio Cafeteira, disse que a deci-

duar da elaboração da Constituição, deixando que os problemas emergenciais, sobretudo no setor econômico, fiquem na esfera da Câmara e do Senado. O Senador Humberto Lucena lembrou que os Ministros da área econômica não poderiam debater na Constituinte, mas sim na Câmara ou Senado.

Se a Constituinte começar a discutir problemas do dia-a-dia, deixará de concentrar sua ação naquilo que consideramos um pacto — reforçou o Ministro Marco Maciel.

Contrário à tese da Constituinte exclusiva, como todos os Ministros de Estado que compareceram à instalação da Assembléia, o General Leônidas Gonçalves, do Exército, disse que "o País não pode parar" e a Constituinte, na forma proposta pelos peemedebistas, levaria a isso.

O Governador eleito do Maranhão, Epitácio Cafeteira, disse que a deci-

ção da bancada foi tomada emocionalmente. O mesmo foi dito pelo Deputado Prisco Viana (PMDB-BA).

O Consultor-Geral da República, Saulo Ramos, afirmou, com ironia, que "foi o primeiro dia de aula dos Deputados do PMDB que passaram no vestibular e agora querem agir". Ressaltou que a intenção do Governo é a de que todas as medidas importantes sejam discutidas na esfera do Legislativo.

Tanto o Governador Franco Montoro quanto o Ministro Marco Maciel apostavam no bom senso dos parlamentares. O Senador Roberto Campos (PDS-MT) disse também ser contra porque se criaria uma "ditadura constitucional em favor do Executivo".

O Congresso Ordinário deve discutir matérias com urgência, urgência urgentíssima. As medidas econômicas que o Governo propuser podem tramitar com urgência, que é o previsto na Constituição. É muito melhor do que o regime do Decreto-Lei, porque permite emendas e retificações — afirmou Roberto Campos.

A Deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) disse que a Constituinte exclusiva acabará por fugir da discussão da crise econômica, do Pacto Social. Segundo o Senador Mário Covas (PMDB-SP), a Constituinte não tem atribuição de alterar a legislação ordinária em vigor a fim de solucionar problemas circunstanciais ou conjunturais.

É necessário ter o discernimento para separar o circunstancial e o permanente — afirmou, por sua vez, Marco Maciel, praticamente repetindo as palavras de Covas.

Estão também contra a Constituinte exclusiva os Deputados que tiveram atuação na área econômica, como Francisco Dornelles (PFL-RJ), Delfim Neto (PDS-SP) e José Serra (PMDB-SP).

Já o empresário Aff Domingues (PL-SP) acha que os parlamentares devem votar um ato constitucional criando um regimento especial para funcionamento da Câmara e Senado para debater temas emergenciais.

O Ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia, abordou outra face da discussão: para se ter a exclusiva, os constituintes terão de elaborar uma outra emenda. O Chanceler Abreu Sodré ressaltou que o País não poderá ficar paralisado em função da Constituinte exclusiva, que dará, no seu entender, poderes ao Presidente Sarney de baixar Decretos-Lei para adotar medidas.

A proposta dos exclusivistas para o Governo legislar na ausência da Câmara é, no entanto, que o Presidente envie "atos constitucionais" ou "medidas constitucionais" que seriam apreciadas pela Constituinte e aprovados em caráter provisório.

O Ministro Marco Maciel frisou que a exclusiva faz parte da "efervescência" de idéias dos parlamentares. E concluiu: — Isso não me surpreende e a mesma proposta foi tentada, sem sucesso, na emenda do Deputado Flávio Bierrenbach, na legislatura passada. O bom senso, entretanto, fez com que a proposta não prevalecesse.

O Governador eleito do Maranhão, Epitácio Cafeteira, disse que a deci-

ção da bancada foi tomada emocionalmente. O mesmo foi dito pelo Deputado Prisco Viana (PMDB-BA).

O Consultor-Geral da República, Saulo Ramos, afirmou, com ironia, que "foi o primeiro dia de aula dos Deputados do PMDB que passaram no vestibular e agora querem agir". Ressaltou que a intenção do Governo é a de que todas as medidas importantes sejam discutidas na esfera do Legislativo.

Tanto o Governador Franco Montoro quanto o Ministro Marco Maciel apostavam no bom senso dos parlamentares. O Senador Roberto Campos (PDS-MT) disse também ser contra porque se criaria uma "ditadura constitucional em favor do Executivo".

O Congresso Ordinário deve discutir matérias com urgência, urgência urgentíssima. As medidas econômicas que o Governo propuser podem tramitar com urgência, que é o previsto na Constituição. É muito melhor do que o regime do Decreto-Lei, porque permite emendas e retificações — afirmou Roberto Campos.

A Deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) disse que a Constituinte exclusiva acabará por fugir da discussão da crise econômica, do Pacto Social. Segundo o Senador Mário Covas (PMDB-SP), a Constituinte não tem atribuição de alterar a legislação ordinária em vigor a fim de solucionar problemas circunstanciais ou conjunturais.

É necessário ter o discernimento para separar o circunstancial e o permanente — afirmou, por sua vez, Marco Maciel, praticamente repetindo as palavras de Covas.

Estão também contra a Constituinte exclusiva os Deputados que tiveram atuação na área econômica, como Francisco Dornelles (PFL-RJ), Delfim Neto (PDS-SP) e José Serra (PMDB-SP).

Já o empresário Aff Domingues (PL-SP) acha que os parlamentares devem votar um ato constitucional criando um regimento especial para funcionamento da Câmara e Senado para debater temas emergenciais.

O Ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia, abordou outra face da discussão: para se ter a exclusiva, os constituintes terão de elaborar uma outra emenda. O Chanceler Abreu Sodré ressaltou que o País não poderá ficar paralisado em função da Constituinte exclusiva, que dará, no seu entender, poderes ao Presidente Sarney de baixar Decretos-Lei para adotar medidas.

Laurenço ameaça lançar chapã se Ulysses não aparecer para a eleição

BRASÍLIA — "Doutor Ulysses, se o senhor não se apresentar amanhã de manhã para concorrer, nosso compromisso estará rompido. Nós vamos lançar chapã própria". A ameaça foi feita, rispidamente, pelo Líder do PFL na Câmara, José Laurenço, no gabinete do PMDB. Estavam presentes ainda o Líder do PDS, Amarel Neto, e o Ministro da Previdência, Raphael de Almeida Magalhães. Sem acordo entre as lideranças, a crise dos bastidores foi transferida para o plenário da Câmara. Hoje, às 9 horas, o PMDB tentará transferir a eleição de Ulysses Guimarães à Presidência da Câmara para depois da votação da Mesa da Constituinte, marcada também para hoje, mas à tarde.

— Eu vou falar com o Pimenta — argumentou Ulysses, tentando adiar a decisão.

— O senhor vai falar com um adversário — retorquiu Laurenço. — O Pimenta está trabalhando contra o senhor.

Amaral Neto completou: "Está parecendo que o senhor está com medo da eleição". O Ministro Raphael de Almeida Magalhães concordou: "É isto mesmo. Está pegando muito mal aqui no Congresso e até nas Forças Armadas".

Neste momento entra na reunião o Senador Luís Vianna. Amarel Neto sugere que o Senado seja convocado hoje extraordinariamente. "Nós já estamos pensando nisso", responde o Senador baiano (a convocação do Senado inviabiliza a reunião da Constituinte, se for à tarde).

Amaral e José Laurenço saíram nervosos do gabinete de Ulysses. Laurenço tinha a esperá-lo em seu gabinete um grupo de deputados do PFL. Depois de narrar a reunião com Ulysses, foi aplaudido.

O Líder do PL, Guilherme Aff Domingues concorda com a Constituinte exclusiva, mas quer escolher a Mesa da Câmara, para depois colocá-

la em recesso, hoje de manhã. O mesmo pensa o Líder do PDT, Brandão Monteiro. Ele acha que a transferência da eleição é uma tentativa de evitar que Ulysses dispute com Fernando Lyra. "É uma manobra para salvar a candidatura de Ulysses, vamos votar. Caso contrário, insistiremos na transitoriedade do mandato do Sarney e na redefinição do papel das Forças Armadas", disse.

Mais no final da tarde, Ulysses disse ao Deputado Prisco Vianna e ao Líder do PTB, Gastone Rigli, que se comprometia a "sentar na cadeira no horário marcado para a abertura da sessão". Se a decisão for a plenária, garantirá, acompanhará a decisão da bancada.

— Puxa de cá, puxa de acolá, a gente chega ao consenso.

Ulysses, hoje, só preside à abertura da sessão e passa a direção dos trabalhos ao Primeiro Vice-Presidente, Humberto Souto (PFL-MG). Este é o temor do grupo do PMDB que encaminhou a proposta de adiamento. Na verdade são duas as propostas: a primeira, de Milton Reis, candidato a Líder da bancada por 24 horas. A segunda, de Luiz Henrique, também candidato, por cinco dias.

Os peemedebistas consideram Souto muito autoritário e arbitrário. Tem-se que ele não considere o requerimento e inicie o trabalho de votação. Nesse caso haverá tentativa de acabar com o quorum do plenário. Se um dos requerimentos for aceito, transfere-se para o plenário da Constituinte se haverá ou não eleição para a Mesa Diretora da Câmara e se haverá ou não recesso bancário.

Os deputados do PMDB estão insubstituíveis quanto o funcionamento da Constituinte. Querem, no máximo, admitir um recesso da Câmara, com a Mesa só atendendo a assuntos administrativos. A legislação ordinária seria atribuída à Constituinte, que decidiria como apreciá-la.



No plenário da Câmara, Delfim conversa com Amarel Neto e Dornelles

Funaro busca solução junto a Ulysses

BRASÍLIA — A perspectiva de inviabilização das decisões do Governo, sobretudo na área econômica, caso se concretize a idéia de paralisação do Congresso durante o funcionamento da Constituinte, levou o Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, a procurar ontem o Presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães.



Funaro sai da Câmara após falar pouco com Ulysses

O encontro, segundo Funaro, não foi bem sucedido, pois o gabinete de Ulysses estava praticamente lotado por parlamentares e parentes. Eles deverão discutir o assunto novamente hoje.

Ministro chega a pé e recebe vaias e aplausos

BRASÍLIA — Bloqueado por um congestionamento na rua de acesso ao Congresso, o Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, preferiu arriscar-se a uma caminhada em meio à multidão, no gramado, do que chegar ainda mais atrasado à solenidade de instalação da Constituinte (foi um dos últimos a chegar). Terno azul-marinho, gravata cor de vinho combinando elegantemente com o lenço do bolso, Funaro desceu do Galaxie preto sob vaias e aplausos e saiu andando pela calçada, protegido apenas por um cordão de isolamento.

O Ministro, cadê o congelamento do senhor deixou a peteca cair? — perguntou o pernambucano Francisco Ulysses, mensageiro da ECT, enquanto apertava a mão do Ministro.

Não se preocupe. Vou começar tudo de novo — respondeu Funaro, apressadamente.

Durante o curto percurso, Funaro foi interpelado várias vezes. Apertou muitas mãos, sorriu para todos e não escapou de perguntas sobre o pacote econômico. "Vou resolver", "estamos fazendo o possível", repetia.

Funaro deu um exemplo de problema importante que poderá não ser solucionado em consequência da eventual paralisação do Congresso: a volta da correção monetária para contratos particulares. Como houve inflação nos últimos 11 meses, o Ministro acha que a correção deve ser restabelecida. Se não for, as Prefeituras deixarão de contratar obras para construir escolas porque as empreiteiras não terão bases financeiras para firmar contratos.

Seria muito ruim não ter a correção para contratos com mais de um ano — disse.

O Ministro defende a idéia de o Legislativo dar um mínimo de autoridade ao Executivo para, através de Decreto-Lei, corrigir distorções na economia. Lembrou o caso da França, onde o Congresso aprovou uma Lei Delegada ao Executivo que permite decretar medidas em determinada área.

Reforma tributária e papel do Estado vão ser debatidos

BRASÍLIA — A definição do papel do Estado na economia e a descentralização financeira e administrativa, através de uma ampla reforma tributária, são os dois principais temas econômicos que tomarão espaço dos debates da Constituinte.

Os constituintes conhecidos pelos serviços prestados na área econômica, como os ex-Ministros Delfim Neto, Francisco Dornelles e Roberto Campos; o ex-Secretário de Planejamento do Estado de São Paulo, José Serra; o ex-Secretário da Fazenda do Governo do Estado do Rio, César Maia; o líder empresarial do segmento do comércio paulista, Guilherme Aff Domingues; e o empresário Albano Franco. Levantam a bandeira da reforma tributária e atribuem a centralização do poder do Governo federal às causas da crise econômica.

O ex-Ministro Delfim Neto (PDS-SP), que promete ser o principal articulador de seu partido, reclama uma reforma tributária ampla, que transfira aos Governos estaduais e municipais a responsabilidade, acompanhada dos recursos para administrar. Ao Executivo caberia a tarefa de fiscalizar, através da ampliação do Poder Judiciário.

A reforma tributária é também o tema de maior importância, dentro

Parlamento quer influir nas decisões econômicas

BRASÍLIA — Os problemas econômicos foram tema de discussão ontem no Congresso, na instalação da Assembléia Nacional Constituinte. O pensamento comum é que, como constituintes e, portanto, representantes do povo, os parlamentares devem influir nas decisões econômicas, sem que a Constituinte se detenha na análise de projetos de lei do Governo.

Essa tarefa deve ser desempenhada, em convocação extraordinária, pelo Senado e pela Câmara.

A crise econômica não foi assumida pelo Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, e pelo Deputado José Serra (PMDB-SP). Para eles não existe crise, "mas problemas econômicos a serem administrados". Também nesta linha de pensamento está o Governador eleito do Maranhão, Epitácio Cafeteira, para quem a crise econômica não deve se refletir nos trabalhos da Constituinte, porque, na verdade, o "País vive uma ameaça de crise, que começa a se desfazer". Como prova, Cafeteira lembrou o acordo que o Governo brasileiro conseguiu obter na renegociação da dívida junto ao Clube de Paris.

Se eles, por um lado, procuram desfazer a sinistrose da crise econômica, dois outros parlamentares insistem na sua existência e culpam o PMDB por ela: o Deputado Delfim Neto (PDS-SP) e o Senador Roberto Campos (PDS-MT). Quarto Deputado mais votado em São Paulo, Delfim veio cheio de munição para disparar críticas ao Governo.

— A responsabilidade da crise atual é do PMDB. O PMDB fez tudo que está aí. Está tudo errado. O partido tem que assumir que é Governo e enfrentar a crise. Os Ministros da área econômica não tiveram unanimidade no erro. Que tenham pelo menos no acerto — diz.

O Senador Roberto Campos classificou a situação atual como "extremamente confusa" e concedeu aos Ministros da área econômica "o recorde brasileiro, se não mundial, de engendram duas hiperinflações no espaço de um ano". Ele também não



Roberto Campos culpa Ministros pelas hiperinflações

está sozinho na sua avaliação. Embora mantenha a esperança por dias melhores, o Senador Albano Franco (PFL-SE), Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), afirmou: — A situação econômica está difícil, tendo em vista as ameaças de se ter um agravamento da inflação. Mas, ao mesmo tempo, o Governo tem condições de superar as dificuldades atuais.

Também na linha da esperança aposta o Governador de São Paulo, Franco Montoro. Para ele, o Brasil passou da "euforia do Cruzado" e depois veio a frustração. Há um caminho que se chama esperança, através de medidas que serão encontradas. Já o Deputado Expedito Machado (PMDB-CE) prefere analisar a crise econômica pelo lado político.

O problema é político e se reflete na economia. O Governo precisa de apoio popular para adotar medidas antipáticas, justamente porque se sente inseguro na sua sustentação parlamentar.

Não foi menor, entre políticos ouvidos, a preocupação com o fracasso do pacto social entre Governo, empresários e trabalhadores.

O pacto fracassou porque o Governo quis participar como juiz e parte ao mesmo tempo e acabou criando um conflito entre o capital e o trabalho — afirmou o Deputado Guilherme Aff (PL-SP).

CONCURSO DELEGADO E PERITO
 Curso 818. Corpo docente especializado. Turmas de 20 alunos. Apostilas.
 Provas presenciais. Tel. 285-5499.